



Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Associação civil de direito privado, sem fins lucrativos ou econômicos

Fundada em 26 de abril de 2011 - CNPJ 17.285.299/0001-70

A volta da velha e nefasta contraposição entre educação básica e educação superior¹

Manifestação pública da Fineduca a respeito do Editorial de O Estado de S. Paulo, “Prioridade errada”, de 14/02/2024

Com o título “Prioridade errada” O Estado de S. Paulo, em editorial de 14/02/2024 (Ver Anexo), retoma uma velha discussão sobre a nefasta contraposição entre a educação básica e a educação superior, a qual até já foi revisada pelo Banco Mundial em 2000, em um documento sobre a educação superior, intitulado *Higher Education in Developing Countries – Peril and Promise*, em que fez a reavaliação dessa contraposição difundida pelo próprio Banco em seus documentos.

No dia do lançamento desse documento, o Grupo do Banco Mundial responsável pelo estudo conclamou, numa mea-culpa, os governos que seguiram os seus “ensinamentos” ao longo do tempo para agirem de outra forma: *“Desde os anos 80 muitos governos nacionais e organismos financiadores internacionais têm atribuído à educação superior um nível de prioridade relativamente baixo. As análises econômicas, de olhar estreito – e, em nossa opinião, equivocado – têm contribuído para formar a opinião de que o investimento público em universidades e em instituições de educação superior se traduziria em ganhos insignificantes em comparação com os ganhos do investimento em escolas primárias e secundárias; assim como de que a educação superior aumenta exageradamente a desigualdade de ganhos. [...] O Grupo de Estudo está coeso na convicção de que a urgente tomada de medidas para expandir a quantidade e melhorar a qualidade da educação superior nos países em desenvolvimento, deveria constituir-se em máxima prioridade nas atividades de desenvolvimento”*.

O Grupo de Trabalho defendeu ainda que os países em desenvolvimento aumentem a quantidade e a qualidade da pesquisa nacional no intuito de selecionar, absorver e criar conhecimentos de maneira mais eficiente e acelerada. Além disso, afirma que a *“educação geral tem por objetivo desenvolver o indivíduo como um todo, para além das formações ocupacionais específicas”* e mais, que *“as disciplinas específicas variam de país para país, incluem, porém, uma combinação de humanidades e de ciências sociais e naturais”*.

¹ Documento elaborado pela Diretoria da Fineduca em 14/02/2024 tendo como base o texto: "Educação superior X ensino Fundamental" de Nelson Cardoso Amaral, publicado em "A Terra é Redonda" (<https://aterraeredonda.com.br/educacao-superior-x-ensino-fundamental/>) em 10/12/2019.

As consequências dramáticas da aplicação da política equivocada estabelecida em décadas anteriores podem ser examinadas no relato de Marco Antônio Rodrigues Dias, Diretor da Divisão de Educação Superior da Unesco em 1996: *“Há algum tempo, tive oportunidade de assistir a um depoimento emocionante de um dos chefes de Estado africano mais expressivos, o tanzaniano Julius Nyerere, afastado do poder (desde 1985), mas que se tornou uma figura mitológica e uma das personalidades africanas mais respeitadas tanto em seu continente como fora dele. Visitando o Conselho Executivo da UNESCO, Nyerere recordou que, após a Independência, seu país logrou grande sucesso, nos anos 1960 e 1970, com uma política voluntarista em favor da alfabetização e da educação de base. No entanto, acentuou ele, a Tanzânia cometeu um grande erro. Por seguir os conselhos de especialistas internacionais, deixou de dar atenção particular ao ensino superior e, hoje, verifica-se que não dispõe de quadros nem de pesquisadores necessários ao seu desenvolvimento. Por outro lado, muito do que foi feito em educação de base perdeu-se, pois faltaram condições para assegurar a qualidade devido a deficiências na formação de professores e na preparação de pesquisadores em educação, que normalmente são formados pelas universidades. Dirigindo-se, em particular, a seus colegas africanos, Julius Nyerere acentuou: ‘não cometam o mesmo erro que nós!’”*.

O discurso que afirma que se deve priorizar um nível educacional em detrimento dos outros níveis é uma falácia. Quando se avalia a hipótese de que a educação básica brasileira poderia ser muito melhor se fossem transferidos recursos das Universidades Federais, por exemplo, para esse nível educacional, não é difícil concluir que isso não é uma verdade.

O Inep divulga o total dos recursos financeiros públicos aplicados tanto no setor público quanto no setor privado separando-os por nível educacional. Em 2014 foram aplicados na Educação Básica (EB) o equivalente a 4,8% do PIB, o que significa um montante de R\$ 265 bilhões aplicados nesse nível educacional. Em 2014 o número de estudantes na EB era de 49.771.371, o que resulta em R\$ 5.324,00 anuais, em média, por aluno. Note-se que dos recursos totais aplicados em educação no Brasil, pela União, Distrito Federal, estados e municípios, 81,2% são aplicados na Educação Básica, conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) de 2014.

No ano de 2014 foram aplicados R\$ 36 bilhões em recursos do tesouro nas Universidades Federais. Se supusermos que a metade desses recursos fossem transferidos para a EB, o valor por aluno passaria de R\$ 5.324,00 para R\$ 5.684,00 na EB, um aumento de 6,8%.

Pode-se primeiro questionar se a Educação Básica poderia melhorar muito se esta ação fosse realizada, elevando-se apenas 6,8% o valor aplicado por aluno e, além disto, pode-se perguntar: o que ocorreria com as 69 Universidades Federais se seus recursos fossem reduzidos pela metade? Podemos afirmar que seriam destruídas!

Nos resta perguntar finalmente: seria esta a “boa prática” subjacente ao conteúdo do Editorial do Estadão de 14/02/2024 ao propor uma política que já foi considerada ultrapassada há duas décadas pelo próprio organismo internacional que a propôs? Esta seria uma “boa” “escolha pública”, uma “Prioridade certa”?

Referências:

DIAS RODRIGUES. La Unesco frente al cambio de la educación superior en América Latina y el Caribe. Publicação da CRESALC/UNESCO – Caracas, 1996. Acesso em: 30 jul. 2019.

SGUISSARDI e AMARAL. O Banco Mundial revisa posições: quem há de pagar a conta? PERSPECTIVA. Florianópolis, v.18, n.33 p. 65-76, jan./jun. 2000.

WORLD BANK. Task Force on Higher Education and Society. Higher Education in Developing Countries – Peril and Promise. Washington, D.C.: The World Bank, 2000.

ANEXO

Editorial do O Estado de S. Paulo de 14/02/2024

“Prioridade errada”

A educação pública brasileira costuma ser um terreno fértil de erros e inversão de prioridades que geram atrasos e desigualdades, impondo um horizonte sombrio para milhões de crianças e jovens. O estudo divulgado recentemente pela Secretaria do Tesouro Nacional (Despesas por Função do Governo Geral) reafirmou em números um desses equívocos. Mapeando dados consolidados até 2022, constata-se que, no ensino superior, o Brasil exibe gasto no padrão de países ricos, enquanto fica aquém em etapas da educação básica como o ensino fundamental 2 e o ensino médio. Não difere muito nas despesas com educação infantil e fundamental 1, mas no conjunto de despesas gerais com a educação (4,49% do Produto Interno Bruto – PIB) o País fica abaixo de vizinhos da América Latina e de economias avançadas.

É importante notar, de acordo com o estudo, que o Brasil vinha ampliando sistematicamente o volume de despesas com educação entre 2010 e 2019 – de R\$ 397 bilhões para R\$ 520 bilhões no período, ainda que proporcionalmente em relação ao PIB tenha sido verificada uma certa estabilidade entre 2011 e 2018. Entre 2019 e 2021, no entanto, iniciou-se um período de redução e, nela, a educação básica foi especialmente atingida, graças à pandemia de covid-19 e à retração que se verificou tanto nos governos estaduais e municipais quanto em nível federal. O ano de 2022 inverteu a trajetória decrescente.

Essa curva não inverte o essencial: em matéria educacional, o Brasil tem um sistema de transferência de renda e geração de oportunidade às avessas, distorção que já vem sendo apontada há bastante tempo por especialistas. Enquanto a uma esmagadora maioria pobre se oferta um péssimo ensino básico público, a minoria rica tem a seu dispor boas universidades públicas e gratuitas. Existe padrão internacional nas escolas privadas, não faltam magníficas exceções entre as escolas públicas da educação básica e há trágicos exemplos de má qualidade entre universidades públicas, mas o retrato geral é desabonador, completado e aprofundado pela defasagem do ensino técnico e profissionalizante.

Isso significa estar na contramão do que ensinam boas práticas apontadas pela literatura especializada. A lição internacional indica dois pilares essenciais: prioridade para a educação básica e a qualificação de professores. No abecedário dos erros do Brasil, falha-se em ambos.

Em setembro do ano passado, o relatório Education at a Glance, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mostrou que desde 2010 o Brasil investe

menos de um terço do que os países ricos para cada aluno da educação básica pública: US\$ 3.583 por aluno/ano, enquanto a média entre as nações desenvolvidas é de US\$ 10.949. Em contrapartida, o Brasil investe no ensino superior público quase US\$ 14.800 ao ano por aluno, o mesmo valor da média da OCDE, além de ter um dos menores percentuais de estudantes matriculados na educação profissional, considerando os 45 países analisados. Um ano antes, o Anuário Brasileiro da Educação Básica já apontava tendências similares.

Esse pode ser um recado particularmente útil para o presidente Lula da Silva. As primeiras gestões lulopetistas dedicaram especial atenção à ampliação de vagas no ensino superior, tanto pela abertura de novas universidades públicas federais quanto pelos incentivos às universidades particulares por meio de mecanismos como o Prouni. Lula e o PT se mostram garbosos até hoje ao falar dos números exuberantes das gestões anteriores, entre novos campi universitários (181), novas universidades federais (18) e os chamados institutos federais (422). Obras e prioridades que jamais se converterão em mudança efetiva para a vida de crianças e adolescentes diante de uma educação básica que fracassa em quantidade e qualidade, na atração de recursos e na gestão.

Enquanto alunos de escolas privadas têm desempenho similar ao dos norte-americanos, a esmagadora maioria que vem da escola pública ingressa na vida profissional só com as frágeis ferramentas do ensino básico. Tal descompasso não é uma imposição do destino, e sim o resultado de más escolhas públicas.